

A cidade, os conventos e as suas hortas

Catarina Marado, arquitecta

A instalação dos conventos na cidade

Após a Reconquista Cristã, Tavira foi a primeira cidade do Algarve a receber uma casa conventual. Em 1312, uma comunidade de franciscanos claustrais¹ instalou-se fora de portas, a sul do núcleo amuralhado, perto de uma das suas vias de acesso². A igreja do convento, com cabeceira orientada a nascente, implantou-se perpendicularmente à via, formalizando um largo junto à sua fachada lateral³, as dependências conventuais localizaram-se do lado direito da igreja em torno do claustro e a sua cerca ocupou



Between the early 1300s and the mid-1700s, the city of Tavira saw the foundation of six convents – São Francisco, Graça, São Paulo, Santo António and Carmo. Their disposition, as a ring around the urban centre, delineated the boundary line between the city and the urban world. Their premises, which included a church and other buildings, marked the urban landscape, while their kitchen gardens, which combined a diversity of green spaces, brought the country into the city.

During their religious use, the convents acted as structuring elements within the urban space, either by inspiring the construction of new urban areas and the reorganisation of those already in existence, or by acting as obstacles to the city's growth.

With the extinction of the religious orders and the nationalisation of their possessions, these spaces underwent considerable changes. Nonetheless, they kept playing an important role in the city, taking part in the urban reformulations that occurred in the transition from the 19th to the 20th century. The buildings were put to new uses, while their kitchen gardens offered free spaces for the city to expand.

More recently, former conventual spaces have been recognised as valuable elements of the city's heritage, and most of them were subjected to refurbishments that allowed them to be used in ways more compatible with the preservation of their cultural values.

uma vasta área nos arrabaldes do núcleo urbano. A segunda casa monástico-conventual que se fundou na cidade foi o Convento de Nossa Senhora da Piedade, também conhecido como Convento das Bernardas⁴. A construção deste edifício surgiu na sequência de uma intenção de D. João II de edificar um convento de freiras de Santa Clara em Tavira, concretizada em 1509, pelo seu sucessor, D. Manuel I. A casa acabou por ser entregue à Ordem de Cister⁵ em 1530 pelo Bispo D. Fernando Coutinho, que ficou responsável pela construção do edifício, sendo uma das suas irmãs, a primeira abadesa do convento. O local escolhido para a instalação desta casa encontrava-se fora de muros, perto do Campo da Atalaia, na proximidade do convento franciscano.

Ainda no decorrer do século XVI, em 1542, Frei Pedro de Vila Viçosa⁶, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, funda em Tavira, o Convento de Nossa Senhora da Graça. Esta casa localizou-se no espaço intramuros, entre a Porta do Postigo e a

¹ Esta comunidade foi substituída por uma outra de franciscanos observantes em 1517 quando da divisão da Ordem de São Francisco entre claustrais e observantes. Em 1532 este convento ficou integrado na Província dos Algarves, que foi criada a partir da Província de Portugal.

² Esta localização respeita a tipologia de localização dos primeiros franciscanos nas cidades. Ver ROSSA, Walter. *A urbe e o traça. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, p. 228.

³ Que ficou conhecido como o Largo de São Francisco, o actual Largo Zacarias Guerreiro.

⁴ Esta casa regular, normalmente identificada como convento, é na realidade um mosteiro, dado que pertence a uma ordem monástica, a Ordem de Cister.

⁵ Damião Augusto de Brito VASCONCELOS transcreve um documento de um livro-tombo de 1675 do Hospital do Espírito Santo em Tavira, onde se lê: "(...) não pareça equívocação ou engano mas verdade certa de que o dito Rei fundou este convento para freiras de Santa Clara em Tavira cuja instituição se mudou depois que fez doação d'elle às ditas monjas de São Bernardo". VASCONCELOS, Damião A. B. *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*. Tavira: ed. Câmara Municipal de Tavira, 1999. p. 222. Este autor refere ainda que a fundação desta casa estava inicialmente prevista para uma das naves da Casa do Hospital do Espírito Santo.

⁶ Este frade havia sido responsável pelo início da construção de um convento desta ordem em Azamor, porém em consequência do abandono desta praça africana, a casa foi transferida para Tavira, cidade que nessa data efectuava o apoio à presença portuguesas nesse continente. Cf. GUERREIRO, M. V.; MAGALHÃES, J. R. *Dois descrições do Algarve do séc. XVI*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983. *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.º 3, p. 52.



Porta da Vila Fria⁷, ocupando assim o sector poente da cidade na margem direita do rio. A construção do edifício fez-se sobre a antiga judiaria, onde os frades permaneceram, de forma provisória, durante vários anos. Em 1569 deu-se início às obras que se prolongaram pelo século XVII e no século seguinte o edifício sofreu ainda consideráveis alterações⁸. A fachada da igreja e a ala sul das dependências conventuais formalizaram o enquadramento do largo que recebeu o nome do convento, enquanto a cerca, de reduzidas dimensões, estendeu-se até ao limite amuralhado da cidade.

A instalação das ordens religiosas na outra margem do rio iniciou-se nos primeiros anos de seiscentos. Os habitantes da cidade haviam solicitado aos frades capuchos da Província da Piedade que aí construíssem um convento, porém, foram os Eremitas de São Paulo que primeiro se instalaram nessa parte da cidade. Estes frades, que desde 1448 se encontravam na Ermida de São Marcos⁹ nos arredores de Tavira, fundaram um convento dentro da cidade. O local escolhido para a implantação do edifício foi a antiga Ermida de Nossa Senhora

da Ajuda¹⁰, um templo existente nos limites do espaço urbano, e que deu o nome ao convento. A fachada da igreja ficou virada para o espaço que deu origem ao Largo da Alagoa, e as dependências conventuais situaram-se à esquerda do templo, no interior dos muros da cerca, que se prolongou até ao Alto de Santa Ana.

Em 1607, os capuchos da Província da Piedade chegaram à cidade de Tavira e ocuparam provisoriamente a Ermida de Nossa Senhora do Espinheiro¹¹ na Atalaia, enquanto decidiam o sítio exacto onde construir o convento. As duas opções eram: o local onde se encontrava esta ermida, e outro, na margem esquerda do rio, junto à Ermida de São Brás. Os frades acabaram por se decidir pela primeira opção, apresentando como argumento o facto de que no outro local “*não havia nem podia haver uma árvore verde*”¹². O sítio escolhido para a construção do convento foi assim a margem direita do rio, nos limites da área urbana. A construção do Convento de Santo António iniciou-se em 1612 numa fazenda propriedade de Pedro de Sousa e abrangeu parte de um rossio público¹³. A fachada da sua igreja, único elemento que se relacionava com o exterior, ficou orientada para o Campo da Atalaia, e o muro da cerca envolveu todo o conjunto, ficando as instalações conventuais no seu interior.

O Convento de Nossa Senhora do Carmo, de frades carmelitas descalços, foi a última casa conventual a implantar-se em Tavira e ocupou o único sector disponível na cidade, na margem esquerda do rio, a nascente do Alto de São Brás. A

fundação deste edifício, datada de 1737, foi feita “*a pedido dos tavirenses para assim terem cobertura legal para a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo anos antes instituída nesta cidade*”¹⁴. A construção de um convento carmelita em Tavira resultou assim de um pedido efectuado pela ordem terceira, que

⁷ Em 1570, depois do início das obras do edifício, os frades tentaram que esta porta, de acesso à Horta da Bela Fria, fosse encerrada. Cf. Natércia MAGALHÃES. *Algarve: Castelos, Cercas e Fortalezas*. Lisboa: Letras Várias, 2008, p. 93.

⁸ Sobre as diferentes campanhas de obras que decorreram no edifício ver SANTANA, Daniel. “O Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira” in *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2001, nº 14, pp. 130-132.

⁹ Actual Ermida da Nossa Senhora da Saúde.

¹⁰ Cf. Damião A. B. VASCONCELOS. *Ob. cit.*, pp. 206-207.

¹¹ Este templo era também conhecido por Ermida Nossa Senhora da Esperança ou da Atalaia. Cf. *idem, ibidem*, p. 215.

¹² MONFORTE, Frey Manoel de. *Chronica da Província da Piedade: primeira capcha de toda a Ordem & Regular Obfervancia de naffo Seraphico Padre S. Francisco*. Lisboa: ed. Oficina de Miguel Deslandes, 1696, p. 653.

¹³ A tipologia de localização dos conventos capuchos da Província da Piedade caracteriza-se pelo distanciamento em relação à cidade. A implantação desta casa, na proximidade do espaço urbano, é fruto de uma mudança de critérios no que respeita ao carácter de isolamento que os primeiros capuchos tanto prezavam. Relativamente à evolução da tipologia de localização dos conventos capuchos ver Catarina Almeida MARADO. “Os frades capuchos no Reino do Algarve: processo de instalação e tipologia de localização”. *Anais do Município de Faro. Vol.s XXXIII-XXXIV (2003-2004)*. Faro: Câmara Municipal de Faro, 2008, pp. 12-27.

¹⁴ VASCONCELOS, Damião A. B. *Ob. cit.*, p. 226.



pretendia deixar a capela que mantinha na igreja do Convento de São Paulo e construir uma outra junto ao futuro Convento do Carmo. Para esse efeito, os terceiros doaram algumas casas no Alto de São Brás. No entanto, o convento carmelita foi edificado num outro terreno cedido pelo Capitão António da Costa de Paiva, e acabaram por ser os frades a doar o espaço para a construção da capela da Ordem Terceira, impondo como condição que esta ficasse com a porta principal para dentro do convento, podendo ter uma outra porta, lateral e secundária, para o exterior. As obras destas duas edificações terão inicialmente corrido em simultâneo, mas a igreja dos terceiros foi concluída no final do século XVIII, enquanto que o convento, nomeadamente a sua igreja, nunca chegou a ser terminada. A cerca ocupou uma vasta área a nordeste do núcleo urbano e constituiu a maior horta conventual da cidade.

A presença no espaço urbano

Os seis conventos fundados em Tavira, entre o início do século XIV e meados do XVIII, constituíram a estrutura conventual da cidade que formalizou um anel em torno do espaço urbano.

As duas casas franciscanas – de São Francisco e de Santa Clara, depois entregue à Ordem de Cister – foram as primeiras a instalar-se na cidade. Seguiu-se o Convento da Graça que veio completar o anel conventual na margem direita do rio, em torno da nova centralidade que surgiu na parte baixa da cidade. A ocupação da outra margem fez-se com a construção dos conventos de São Paulo e do Carmo, que encerraram a primeira coroa conventual da cidade. O Convento de Santo António, localizado a uma maior distância do espaço urbano, deu início a um segundo anel, que não chegou a completar-se.

Os conventos definiram assim o limite entre o espaço urbano e o mundo rural, e apesar de, muitas vezes, funcionarem, como pólos de atracção para o crescimento urbano, promovendo o desenvolvimento de novos bairros na sua proximidade, a forma como se distribuíram em torno da cidade teve, posteriormente, o efeito contrário, obstruindo o desenvolvimento da urbe. Estes edifícios, e muito especificamente as suas hortas, constituíram, na maioria dos casos, barreiras à expansão urbana. Em Tavira, este facto é

evidente tanto a sul – com as hortas muradas de São Francisco e dos Capuchos – como a norte, onde a horta de São Paulo e, particularmente, a do Carmo, constituíram um claro limite à expansão da cidade.

Por outro lado, as casas regulares funcionaram também como elemento estruturador do tecido urbano. A sua implantação, na malha consolidada ou na envolvente à cidade, provocou a reorganização dessas áreas. Quer se construíssem de raiz ou sobre preexistências¹⁵, os espaços conventuais – edifícios e cercas – participaram de forma activa no desenho da cidade, não só no momento da sua construção, mas também ao longo da sua presença no espaço urbano. O estudo aprofundado da forma urbana da cidade de Tavira mostra-nos que esta foi em grande parte determinada pela implantação destes elementos, que funcionaram simultaneamente como espaços rígidos, marcando definitivamente o “chão” da cidade, e como espaço flexíveis que se ajustaram e dinamizaram transformações urbanas.

¹⁵ Sobre o tipo de espaços que os conventos ocupam das cidades ver Catarina Almeida MARADO. *Património conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da ETSArquitectura. Universidade de Sevilla, Sevilla, 2007, vol.1, pp.102-104.



Planta de Tavira, incluída em “Plantas de diferentes Plazas de Espana, Itália, Flandres y las Indias” de Leonard de Ferrai (1645). Arquivo Militar de Estocolmo



Os conventos, interpretados na sua dimensão arquitectónica, são construções constituídas por três elementos: igreja, dependências e cerca. Destes, a igreja é aquele que detém maior destaque em termos artísticos e que comunica directamente com o mundo exterior. As dependências são compostas por uma série de espaços, ordenados e hierarquizados, simbólica e funcionalmente, sendo o claustro aquele que organiza e articula todos os outros¹⁶. Por último, a cerca (também designada por horta) constitui o espaço não construído do convento composto por áreas de arvoredo, cultivo de cereais, hortas, jardins, fontes, sistemas de irrigação e de armazenamento de água, que garantem a subsistência da comunidade. Estas áreas são delimitadas por um muro que se articula com o edifício dando unidade ao conjunto.

Em termos urbanísticos, os espaços conventuais são elementos primários na composição da cidade. A sua relação com o espaço urbano fez-se, como vimos, a vários níveis: efectuando a ligação entre a cidade e o território envolvente, orientando ou condicionando a expansão urbana, e participando no desenho da cidade. Nesta dinâmica, cada um dos seus três elementos desempenha um papel distinto. A igreja sendo o elemento mais significativo do conjunto, é aquele que se relaciona mais directamente com a cidade, não só em termos físicos, mas também em termos visuais, dado que é o seu volume e desenho arquitectónico que mais se destacam no perfil da cidade. As dependências encontram-se normalmente situadas dentro dos muros da cerca, mas em muitos dos casos constituem, também elas, frentes urbanas. Finalmente as hortas definem, através dos seus muros, os novos limites ou novas orientações para o crescimento urbano e representam o campo dentro da cidade.

Em Tavira, as hortas conventuais constituíram — juntamente com as hortas D'el Rei, Bela Fria e do Bispo — uma importante parcela do espaço urbano, que tinha um carácter de espaço rural. A horta de São Francisco era composta por áreas de “*arvoredo, terras de pão, vinha e horta com água de pé*”, a de Santo António por “*terras de pão, arvoredo, parreiras e um hortejo*”, a de São Paulo por “*amendoiras e outras arvores, terras de pão e um bocado de horta*”, a da Graça também por “*algumas amendoiras e terras de pão, um quintal com parreiras*”¹⁷ e a das Bernardas por “*dois pequenos quintais*”¹⁸.

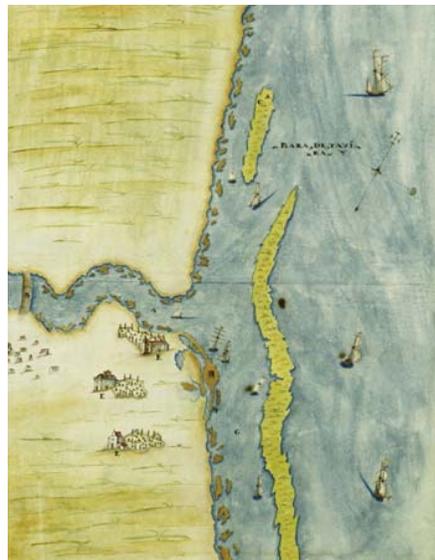
O processo de extinção dos conventos: os edifícios e as hortas

No decorrer do século XIX, a realidade dos espaços conventuais alterou-se significativamente. O Decreto de 30 de Maio de 1834, que estabeleceu a extinção de todas as casas regulares masculinas e a nacionalização dos seus bens, veio colocar um ponto final a um longo processo de iniciativas legislativas dirigidas às ordens religiosas. No Algarve, este decreto abrangeu vinte e duas casas regulares¹⁹, sendo que cinco delas se localizavam na cidade de Tavira.

Depois de decretada a extinção, deu-se início ao processo de tomada de posse, inventariação e avaliação de todos os bens móveis e imóveis dos conventos. Os bens móveis foram agrupados segundo diferentes categorias: bens de uso comum, obras de arte, bibliotecas, utensílios de culto divino e objectos de ouro, prata e jóias. A cada uma delas foi dado um destino diferente²⁰, e actualmente pouco se sabe sobre o que aconteceu a muitos dos bens das extintas casas regulares de Tavira²¹.

Os bens imóveis foram separados em dois grupos: prédios urbanos (os edifícios) e prédios rústicos (as cercas conventuais). No caso de Tavira, a inventariação e avaliação destes bens, para além de separar o edifício da cerca, separou também a igreja das dependências conventuais. Isto é, nos processos de extinção²² das casas masculinas desta cidade podemos ver que as igrejas foram inventariadas e avaliadas em separado, constituindo-se assim como imóveis independentes.

Terminada a inventariação e avaliação procurou-se dar um destino às extintas casas regulares. Começou-se pelas igrejas, escolhendo as que deveriam ser conservadas. O Governo Civil do Distrito de Faro, depois de consultados os municípios e o Bispo, elaborou um quadro intitulado *Relação dos Conventos e Casas Religiosas extintas situadas no sobredito Distrito, com declaração das Igrejas respectivas que devem ser conservadas ou profanadas*²³, que continha as intenções de utilização para cada um dos extintos templos conventuais. De acordo com este documento, em Tavira, apenas as igrejas dos conventos de São Paulo e de São Francisco foram consideradas como a conservar-se. A primeira para se “*(...) transferir a Igreja Paroquial de São Tiago, fazendo-se nova divisão das duas Paroquias da cidade, como convém*”, e a segunda pelo facto de estar “*incorporada na*



Descrição do Reino do Algarve”, Fólio 11 do “Códice de Massay” de Alexandre Massay, 1621, Câmara Municipal de Lisboa - Museu da Cidade

da Ordem Terceira, e por isso não pode separar-se”. As restantes — Graça, Carmo e Santo António — foram consideradas como a profanar-se, declarando-se que “*são inúteis, salvo se nos conventos respectivos se der alguns destino que as torne precisas*”.

Relativamente às dependências e às cercas conventuais, a primeira decisão foi atribuir-lhes um uso com carácter provisório (principalmente aos edifícios). Neste contexto, o extinto Convento da Graça foi “*ocupado pelo 1º Batalhão do Regimento 8º*”²⁴.

¹⁶ Sala do capítulo, refeitório, cozinha, dormitórios, biblioteca, enfermaria e outros.

¹⁷ Descrições presentes na *Relação dos Prédios urbanos e rústicos que se inventaria-*

ram e avaliaram nos extintos Conventos Religiosos da sobredita Província em cumprimento do Decreto de 30 de Maio de 1834, Arquivo Distrital de Faro, DFDFAR/146.

¹⁸ IAN/TT. A.H.M.F., Convento Nossa Senhora da Piedade, cx. 1935, cap. 1.

¹⁹ Dezanove conventos, dois hospícios e um eremitério. Sobre este assunto ver Catarina Almeida MARADO. “Do sagrado ao profano: o processo de atribuição de um uso às antigas casas regulares do Algarve” in *Promontoria*. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, nº 7 (no prelo).

²⁰ Os objectos de uso quotidiano, alfaías agrícolas e reservas de alimentos, foram de imediato colocados à venda em hasta pública. Os valores (dinheiro, títulos de juros e rendas) foram incorporados na Fazenda Pública. As obras de arte e bibliotecas só mais tarde em 1836 foram atribuídas a estabelecimento de cultura, arte e ciência, entretanto já grande parte de havia perdido. Os objectos de culto que se entenderam manter nos templos foram entregues ao clero secular, os restantes ficaram nas mãos das autoridades civis, e torna-se hoje bastante difícil seguir-lhes o rasto. Alguns dos objectos preciosos de ouro, prata e jóias deram entrada na Casa da Moeda, mas muitos extraviaram-se. Sobre o destino dos bens móveis veja-se António Martins da SILVA. “A desamortização” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 5 (O Liberalismo), p. 345.

²¹ Os objectos ligados ao culto religioso do extinto Convento de Nossa Senhora da Piedade de Tavira foram distribuídos pela Igreja de São Pedro de Faro, Hospital do Espírito Santo de Tavira, Arquivo Municipal, Igrejas de Santo António e São Francisco de Tavira, Museu Paroquial de Moncarapacho e Igreja Paroquial de Boliqueime. Cf. Armando da Costa FRANCO. “A degradação do património conventual de Tavira após 1834” in *Actas das I Jornadas de História de Tavira*. Tavira: Clube de Tavira, 1992, pp. 89-95.

²² Os processos de extinção podem ser consultados no IAN/TT. A.H.M.F. De cada processo de extinção constava um inventário completo de todos os seus bens móveis e imóveis. Com base nestas informações, o Governo Civil do Distrito de Faro elaborou um documento que continha a descrição e avaliação de todos os bens imóveis das casas masculinas extintas na Província do Algarve em 1834, intitulado *Relação dos Prédios urbanos e rústicos que se inventariaram e avaliaram nos extintos Conventos Religiosos da sobredita Província em cumprimento do Decreto de 30 de Maio de 1834*, que se encontra no Arquivo Distrital de Faro, DFDFAR/146. Os dados do inventário presentes nestes documentos (descrição dos bens imóveis e valores pelos quais foram avaliados) fornecem-nos importantes informações sobre a composição espacial e estado de conservação dos edifícios e das suas hortas. Sobre este assunto ver Catarina Almeida MARADO. *Património conventual y periferia. La salvaguarda de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tese de Doutoramento apresentada no Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da ETSArquitectura. Universidade de Sevilla, Sevilla, 2007, vol.1, pp. 154-156.

²³ Arquivo Distrital de Faro, DFDFAR/146.

²⁴ SARAIVA, José (dir.). *Situação dos Edifícios e Institutos Religiosos ao Serviço do Estado e das Corporações*. s.l.: ed. Arquivo de História do Ministério das Finanças, 1941. Vol. I (Conventos de Frades).

Finalmente, em 1835, a Carta de Lei de 15 de Abril, determinou a venda dos bens nacionais (nos quais estavam incluídas as extintas casas regulares) com a exceção daqueles que servissem para o serviço público²⁵. Na cidade de Tavira, o único extinto convento para o qual foi indicado um destino de utilidade pública foi o Convento da Graça, que foi entregue ao exército "para continuar a servir de aquartelamento da Tropa que guarnece esta Cidade, pois está preparado para isso"²⁶. Os restantes imóveis foram levados à venda em hasta pública.

Na primeira fase das vendas, que ocorreu entre Outubro de 1836²⁷ e 1840, nenhuma das extintas casas regulares da cidade foi vendida, de modo que, durante os anos que se seguiram, chegaram à Junta do Crédito Público inúmeros pedidos para a atribuição dos seus edifícios e cercas para os mais diversos fins²⁸. Este processo prolongou-se durante vários anos, sem que se tomasse uma decisão definitiva sobre o destino destes imóveis, sendo este um dos principais factores de degradação deste património.

A casa feminina da cidade de Tavira, que saiu ileso da ordem de extinção de 1834²⁹, foi extinta a 8 de Fevereiro 1836, porém, poucos meses depois, em 27 de Abril, as freiras dos extintos conventos do Algarve (até então reunidas no Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro) foram enviadas para esta casa, por ser a maior da região. A mudança deu-se a 25 de Maio³⁰ e durante os anos que se seguiram aí se mantiveram as religiosas, até que em 1862 se procedeu finalmente ao auto de posse dos seus bens.



²⁵ O artigo 2º a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835 referia que seriam exceptuados da venda os bens considerados necessários para o serviço público, as fábricas necessárias para promover a indústria, os monumentos históricos e artísticos, as matas, pinhais e arvoredos necessários para novas plantações e os edifícios necessários para o Exército e Marinha.

²⁶ Em carta datada de 3 de Março de 1836, dirigida ao Governo Civil do Distrito de Faro, o município confirma esta informação relativa ao *Convento dos extintos graciosos*, indicando ainda outro bem nacional (a "Casa da extinta Portagem destinada para Alfandega") que se considerou compreendido no art.º 2º da Carta de Lei de 15 de Abril de 1835. Ver *Mapa dos Bens Nacionais situados no sobredito Distrito, que se julgão compreendidos nas disposições do artigo 2º da Carta de Lei de 15 de Abril de 1835*. Transcrição e fotocópia deste documento em Catarina Almeida MARADO. *Ob. cit.*, vol. 3, pp. 40-42

²⁷ Os bens nacionais dos diferentes distritos do país foram a hasta pública em diferentes datas. Ver António Martins da SILVA. *A Venda dos Bens Nacionais: a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835: Aspectos económico-Geográficos. Os resultados estatísticos*. Coimbra: Edição da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984, Separata de la Revista Portuguesa de História, tomo XX, p. 180.

²⁸ O antigo Convento da Graça foi requisitado, em 1839, pelo Ministério da Guerra para quartel do Batalhão de Caçadores n.º 5. Posteriormente, também a sua igreja foi pedida pelo mesmo Ministério, tendo-lhe sido concedida em

1844. E, finalmente, no ano seguinte, duas parcelas de terra junto ao convento foram também requeridas para servir de horta do referido Batalhão. A igreja de Nossa Senhora do Carmo (que havia sido considerada inútil) foi pedida em 1841 (incluído o órgão) pela Ordem Terceira de Tavira. Acabou por ser entregue a esta instituição em Junho de 1842, porém, em Outubro desse mesmo ano, foi declarado que a concessão era afinal provisória. O extinto Convento de Santo António foi solicitado em 1837 para estabelecer um liceu e a sua cerca foi requisitada pelo Ministério da Guerra em 1843 para servir de horta do Batalhão de Caçadores n.º 5. A cerca do antigo Convento de São Francisco foi requerida simultaneamente pelo Ministério de Guerra, para servir de horta do Batalhão n.º 5, e pela Câmara para cemitério. Este processo prolongou-se até 1840, com sucessivos pedidos e consultas à Junta de Crédito Público. Alguns destes pedidos podem ser consultados em José SARAIVA (dir.). *Ob. cit.*

²⁹ O Decreto de 30 de Maio de 1834 determinou a extinção apenas das casas regulares masculinas. Os conventos femininos tiveram um diferente processo de extinção, permitindo-se a permanência da comunidade até à morte da sua última representante. A sua nacionalização só foi decretada em 1861.

³⁰ ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto/Lisboa: Livraria Civilização, 1967-1971, vol. 3, p. 135 e VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito. *Ob. cit.* Tavira: ed. Câmara Municipal de Tavira, 1999, p. 224.



O contexto em que se deu a secularização desta casa foi diferente daquele que caracterizou os primeiros anos do processo de extinção. Nesta data, já se conheciam as dificuldades que existiam na atribuição de um uso para estes edifícios. A carta que o Delegado do Tesouro do Distrito de Faro dirigiu à Direcção Geral dos Próprios Nacionais em 6 de Abril de 1862³¹ ilustra bem esta realidade. Questionado "(...) sobre a conveniência ou não conveniência da conservação do templo do extinto Convento das Freiras de São Bernardo da Cidade de Tavira", o Delegado José Maria Rolla Lobo refere que não vê possibilidades de venda, nem de uso para o edifício e aconselha a secularização da igreja, considerando que só a "pequena horta e casa chamada do feitor" serão de fácil venda. Alguns dias depois, a 26 de Abril, a Câmara de Tavira solicitou a cedência do imóvel para "Tribunal Judiciário, Administração do Concelho, Repartição da Fazenda, Cartórios de Escrivães e Escolas de instrução Primária". Cerca de um ano depois, em 23 de Setembro de 1863, um outro Delegado informa que "não pode servir à Câmara para o fim que o pede, porque está fora da Cidade, e careceria gastar nele quinze a vinte contos de réis, quando com quantia inferior pode edificar casa apropriada e em melhor local", e conclui "parece-me portanto que convém vendê-lo, e pode talvez haver quem o compre com o fim de demoli-lo para vender a telha, madeira, e mais aviamentos, e ficar com o solo"³².

A atribuição de novos usos: transformações e permanências

No contexto da pós-extinção, a atribuição de uma utilização de carácter público aos edifícios e às antigas hortas dependeu de diversos factores, mas a sua localização, dentro ou fora do núcleo urbano, e também o seu estado de conservação foram aspectos determinantes. Na cidade de Tavira, os extintos conventos da Graça e de São Francisco, localizados no interior do tecido urbano, foram os escolhidos para equipamentos públicos: o primeiro foi quartel e o segundo, cemitério. O Convento do Carmo teve também várias utilizações de carácter público³³: funcionou como Asilo Distrital de Infância Desvalida, depois como Escola de Pesca, em seguida Escola Preparatória, e finalmente, foi ocupado pelas instalações da Cruz Vermelha Portuguesa.

Os imóveis que não foram atribuídos ao serviço público, acabaram por ser vendidos a particulares e, ao contrário daquilo que inicialmente se pensava, o principal interesse dos seus compradores estava nas hortas conventuais e não nos edifícios. Esta terá sido a razão da aquisição por parte de particulares, dos conventos de Santo António e de São Paulo, cujos edifícios foram posteriormente utilizados como habitação e as hortas mantiveram-se como espaço agrícola. O Convento das Bernardas, nacionalizado cerca de três décadas depois, foi também vendido e em 1890 transformado em "Fábrica de Moagem e Massas a Vapor".

Das antigas igrejas conventuais, apenas as de São Francisco³⁴, Santo António e São Paulo permaneceram ao culto, enquanto que as restantes serviram os mesmos usos que as respectivas dependências conventuais.



Relativamente às antigas hortas conventuais, independentemente de terem ficado na posse de instituições públicas ou de particulares, elas mantiveram, praticamente até às últimas décadas do século XX, o seu carácter de espaço rural, com excepção das reduzidas cercas da Graça e das Bernardas que serviram de apoio aos usos que os edifícios adquiriram. A horta de São Francisco foi a única que, nesta fase, foi utilizada para a construção de novas áreas urbanas, ainda que não na sua totalidade. Uma das mais significativas intervenções urbanísticas de inícios do século XX em Tavira fez-se sobre o espaço desta antiga horta franciscana, com o rasgar do eixo de ligação à Estação dos Caminhos-de-ferro (a antiga Rua de Lisboa, actual Avenida Dr. Mateus Teixeira de Azevedo).

Em suma, após a sua secularização, os extintos conventos continuaram a desempenhar um papel fundamental na cidade, participando nas transformações que ocorreram entre os finais do século XIX e inícios do XX. Os seus edifícios absorveram parte dos novos equipamentos que neste contexto surgiram na cidade, enquanto as suas hortas ofereceram espaços livres dentro da malha consolidada para intervenções de renovação urbana.

Mais recentemente, os antigos conventos da cidade de Tavira atravessaram outro período de importantes transformações. A partir das últimas décadas do século XX, foram reconhecidos como imóveis de interesse cultural pelo seu valor histórico, artístico, arquitectónico, técnico, científico e social³⁵, tendo os seus edifícios adquirido novos usos, distintos daqueles que tiveram no período pós-conventual e compatíveis com a preservação dos seus valores culturais. São Francisco manteve a sua igreja ao culto e as ruínas do antigo espaço conventual foram transformadas em jardim público; o das Bernardas encontra-se a ser reabilitado como conjunto habitacional; o de Santo António e o da Graça foram adaptados a unidades hoteleiras, sendo que o primeiro mantém a sua igreja ao culto; o do Carmo manteve as instalações da Cruz Vermelha Portuguesa e recentemente recebeu o Centro de Ciência Viva; e a igreja de São Paulo permanece em funcionamento.

Neste contexto, também as antigas hortas conventuais sofreram inevitáveis alterações. As cercas da Graça e das Bernardas, que ficaram anexadas aos edifícios, servem hoje os

usos que lhes foram atribuídos, enquanto que as hortas de São Francisco e do Carmo foram totalmente ocupadas pelas novas áreas de expansão da cidade de finais do século XX.

Pelo contrário, as cercas dos Paulistas e dos Capuchos permanecem como espaços não construídos, mantendo o seu carácter de espaço verde dentro da cidade.

³¹ IAN/TT, A.H.M.F., Convento Nossa Senhora da Piedade, cx. 1935, cap. 1.

³² IAN/TT, A.H.M.F., Convento de Nossa Senhora da Piedade, Tavira, cx. 1935, cap. 1.

³³ Sobre a posse deste edifício ver ANICA, Arnaldo Casimiro. *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*. Tavira: ed. Câmara Municipal de Tavira, 2001, Vol. 2, pp. 202-205.

³⁴ A igreja franciscana original foi destruída, a actual igreja foi construída sobre a anterior.

³⁵ O Convento de Nossa Senhora da Graça está classificado como Imóvel de Interesse Público (homologado), o Convento de Nossa Senhora do Carmo como Imóvel de Interesse Municipal, os conventos de Santo António, São Paulo, Bernardas e São Francisco estão em vias de classificação (dados de 2007).

